

Capítulo

7

CONTRIBUIÇÕES DA ESTIMULAÇÃO PRE-  
COCE À CRIANÇAS COM NECESSIDADES  
EDUCACIONAIS ESPECIAIS

---

$2+2$

$\div$

ABC



# CONTRIBUIÇÕES DA ESTIMULAÇÃO PRECOCE À CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

## CONTRIBUTIONS OF EARLY STIMULATION TO CHILDREN WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS

Carlene Liceria da Silva Veras<sup>1</sup>

Ana Claudia dos Santos Negreiros<sup>2</sup>

Sueli de Oliveira Pinto<sup>3</sup>

Doraci Barbosa Cavalcante<sup>4</sup>

**Resumo:** A contribuição da estimulação precoce em crianças com necessidades educacionais especiais tende por utilizar procedimentos de modo preventivo e que favorecem novas competências científicas e tecnológicas, e que possuem muitas vertentes que diferem do campo do conhecimento humano e suas exigências dentro do meio físico e social, não é uma forma a ser seguida rigidamente, pois cada criança tem seu próprio desenvolvimento. Dessa forma, este trabalho tem por objetivo geral: Analisar quais as contribuições da estimulação precoce para às crianças com necessidades educacionais especiais. E como objetivos específicos: foi estabelecido o seguinte: Identificar de que forma a estimulação integra a criança com o meio onde está inserida. Analisar a aprendizagem das crianças com necessidades educacionais especiais. Reconhecer a importância da estimulação como tratamento.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Inclusão. Estimulação Precoce.

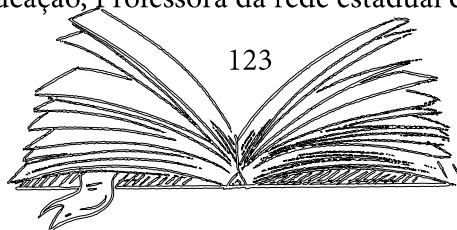
---

1 Especialista em Educação Infantil com Habilitação em Educação Especial, Professora da Rede Estadual da Educação de Roraima

2 Mestre em Ciência da Educação, professora da rede estadual de educação de Roraima

3 Mestre em Ciência da Educação, professora da Rede Estadual da Educação de Roraima

4 Mestre em Ciência da Educação, Professora da rede estadual de educação de Roraima



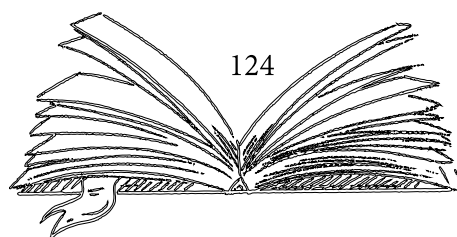
**Abstract:** The contribution of early stimulation in children with special educational needs tends to use preventive procedures that favor new scientific and technological skills, and that have many aspects that differ from the field of human knowledge and its requirements within the physical and social environment. , it is not a way to be rigidly followed, as each child has their own development. Thus, this work has the general objective: To analyze the contributions of early stimulation for children with special educational needs. And as specific objectives: the following was established: Identifying how the stimulation integrates the child with the environment where he/she is inserted. Analyze the learning of children with special educational needs. Recognize the importance of stimulation as a treatment.

**Keywords:** Special Education. Inclusion. Early Stimulation.

## INTRODUÇÃO

A abordagem deste tema traz aspectos relevantes para o conhecimento dos profissionais, dos pais, na área da educação em geral, da possível reabilitação de crianças portadoras de Necessidade Educacionais Especiais que apresentam claros distúrbios no desenvolvimento cognitivo e psicomotor originado por intercorrências nos períodos pré-natal pós-natal, nos primeiros anos de vida e na idade escolar infantil, possibilitar a criança desenvolver-se em todo seu potencial. De maneira, que é importante analisar de que forma a estimulação precoce pode desenvolver as crianças portadoras de Necessidades Educacionais Especiais, e como são incluídas nas escolas regulares em termos de qualificação e preparação dos professores para trabalharem com esse tipo de inclusão, não importa, que seja aluno com necessidades educacionais especiais ou não.

Para Magalhães (2002), deficiências “são aquelas diferenças que chamam a



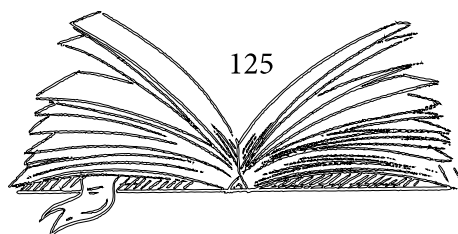
atenção das pessoas porque são percebidas como desvantajosas e são atribuídas significações especialmente negativas, levando a pessoa com necessidades especiais ao descrédito social”. (Apud Selma Inês Campbell, 2009. p.93).

Para sociedade a “deficiência” pode ser vista como um problema, e a pessoa que tem algum tipo de deficiência, é alguém impossibilitado de exercer uma função no mercado de trabalho, por exemplo, devido suas limitações, mas não incapaz que não possa exercê-las, desde que esta função seja adequada e esteja de acordo com suas possibilidades.

## **DESENVOLVIMENTO**

Na idade média, os documentos que relatam a deficiência, caracterizam como uma moléstia mental, conhecida como idiotia, termo aplicado a toda classe de deficientes e não somente os casos mais graves, era comum na época as crianças que não se enquadravam no biótipo físico estabelecido pela sociedade eram consideradas subumana sendo abandonada e até mortas, com a chegada do cristianismo, as crianças deixavam de ser abandonadas e os deficientes mentais ganharam “status” de pessoas no plano cultural e algumas no plano teológico.

Desde 1935, a primeira lei baixada por Eduardo II na Inglaterra, protegia os direitos e as propriedades do dito “idiota” os deficientes foram confundidos como bruxos na época da inquisição, com a evolução dos estudos e pesquisas, realizadas, com idéia de “idiota” foram surgindo outras denominações, como síndromes e recursos para desenvolver um trabalho que amenize a deficiência, na década de 30, Helena Antipoff, desenvolveu um significativo trabalho relacionado à criança anormal, já em 1932, Helena Antipoff fundou a sociedade Pestalozzi, que reuniu suas alunas e todos interessados no excepcional, em 1935 fundou-se o Instituto Pestalozzi, a clientela atendida constituía numa variedade de alunos que não correspondiam aos parâmetros da ordem e da moral pela sociedade da



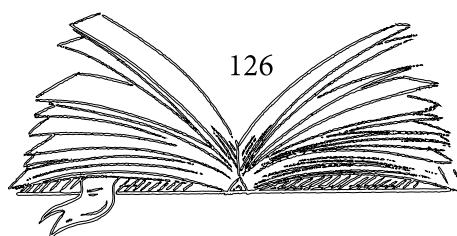
época.

Em 1954 começaram a surgir às primeiras associações de pais e amigos dos excepcionais (APAES), Édouard Séguin foi o primeiro cientista especialista em deficiência mental, descobriu causas que levavam a deficiência, causas sociais, psicológicas e biológicas, outros filósofos também fizeram parte desta história com suas contribuições entre eles vale destacar; Vygotsky, Piaget, e Wallom, que transformaram as novas formas de avaliação e intervenção pedagógica.

Devido essas conquistas ocorridas na história da humanidade, hoje todas essas mudanças, estudos e transformações contribuíram muito para o avanço e acessibilidades das crianças portadoras de necessidades educacionais na sociedade e no âmbito escolar, a estimulação precoce é uma desta conquistas que deu certo, e tornou-se necessária para prevenção de inúmeros diagnósticos médicos. A estimulação precoce teve quatro fases na história, a primeira é anterior ao século 20, a fase da exclusão, onde a maioria das pessoas com deficiência eram ditas como não apropriada a ter educação escolar, já na segunda fase, chamada de segregação, no século 20, começou com o atendimento. As pessoas com deficiência nas grandes instituições, nesta fase propiciaram classes de alfabetização.

A partir da década de 50 e 60 mais especificamente, a eclosão do movimento dos pais de crianças que era negado ingresso em escolas comuns, depois surgiram as escolas especiais e, mais tarde as classes especiais dentro de escolas comuns, a terceira fase, na década de 70, constitui a fase da integração, embora a bandeira da integração já tivesse definida desde de os anos 60, nesta nova fase houve mudanças filosóficas em direção à ideia de educação integrada.

Ou seja, escolas comuns, aceitando crianças e adolescentes deficientes nas classes comuns, mas infelizmente só se integrava nas classes comuns aqueles estudantes com deficiência que se adequasse a classe comum, como está se apresentava desta forma os alunos eram excluídos por não acompanhar os demais alunos ditos normais, pois o sistema escolar exigia adaptação dos alunos, o que deixava em aberto a possibilidade de manter crianças e adolescentes com deficiência nas escolas especiais.

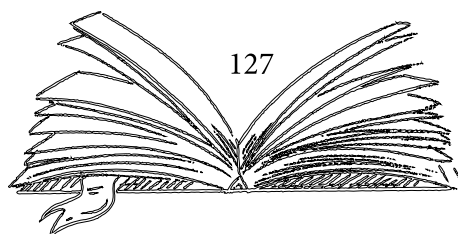


A quarta fase é a fase da inclusão, surgiu na segunda metade da década de 80, incrementou-se nos anos 90, e a partir do século 21 tornou-se, mas vigente, a ideia fundamental desta fase é a de adaptar o sistema escolar às necessidades dos alunos, a inclusão propõe um único sistema educacional de qualidade para todos os alunos com ou sem deficiência, a inclusão se baseia em alguns princípios como: aceitação das diferenças individuais, como atributo e não como obstáculo, a valorização das diversidades humanas, pela sua importância para o enriquecimento de todas as pessoas.

De acordo com seus artigos, “leitura da Lei 93/94 da Lei de Diretrizes e Bases-LDB, assegura ao portador de necessidades educacionais especiais, o direito de ter um profissional treinado, seguro das técnicas utilizadas no desenvolvimento das habilidades distribuídas dentro do ensino especial, assim como um currículo, método e recursos educativos para atender suas necessidades. Podemos citar o decreto Lei n.º 281/2009 que cria o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância, adiante designado por SNIPI, o qual consiste num conjunto organizado de entidades institucionais e de natureza familiar, com vistas a garantir condições de desenvolvimento às crianças com funções ou estruturas do corpo que limitam o crescimento pessoal, social, e a sua participação nas atividades típicas para a idade, bem como das crianças com risco grave de atraso no desenvolvimento.

Ainda dispõe no art. 2º que a intervenção precoce constitui, ainda, prioridade política, contemplar, no âmbito da intervenção precoce na infância, a criação de agrupamentos de escolas de referência para as crianças com necessidades educativas especiais, conforme instituído pelo Decreto-Lei n.º 3/2008, de sete de janeiro de 2008, alterado pela Lei n.º 20/2008, de doze de maio de 2008. Na generalidade, pretende-se desenvolver o sistema de intervenção precoce de forma a potenciar e mobilizar todos os recursos disponíveis no âmbito de uma política de integração social moderna e justa. Em seu art.3º, o referido decreto, define a Intervenção Precoce como o conjunto de medidas de apoio integrado centrado na criança e na família, incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa, designadamente no âmbito da educação, da saúde e da ação social.

Sendo dessa forma e de acordo com essas diretrizes a estimulação precoce não tem o obje-



tivo de transformar portadores de necessidades educacionais especiais em pessoa ditas “normais” e sim de prevenir deficiência e seus efeitos se forem diagnosticadas desde de cedo.

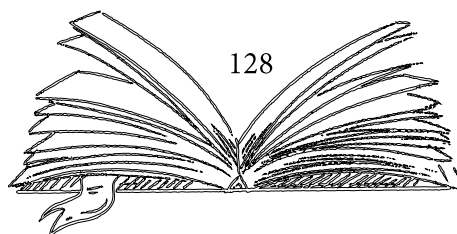
No Brasil, o atendimento a crianças desde o nascimento encontra amparo legal na constituição da República Federativa do Brasil, especialmente no inciso IV do artigo 208. Do ponto de vista da política educacional, esse atendimento fundamenta-se no Plano Decenal de Educação para todos (1993-2003), enquanto a ação pedagógica encontra respaldo nos princípios emanados da Política Nacional de Educação Especial (1994).

A educação especial, no entanto, antes mesmo da promulgação da LDB/96, já entendia que o atendimento especializado oferecido às crianças com necessidades especiais era de competência da área educacional, definindo esse atendimento como Estimulação Precoce.

Com o objetivo de sistematizar os serviços educacionais especializados oferecidos às crianças na faixa etária de zero a três anos, o Ministério da Educação publicou o documento Diretrizes Educacionais sobre Estimulação Precoce – Série Diretrizes nº 03, cuja finalidade era fundamentar a implantação e atualização do referido programa.

O projeto político pedagógico do Centro Educacional Estimulação Precoce (CEESP) foi construído através de pensamentos coletivos com experiências significativas nos atendimentos realizados pela equipe técnica que atua neste centro e, na certeza de que o atendimento de Estimulação Precoce oferecidos desde cedo à criança, pode minimizar ou recuperar seus movimentos, facilitando sua vida e de sua família. O regimento escolar que trata das instituições de Ensino da Rede Pública, Seção IV- Educação Especial no art.º 57 a educação tem o dever e o direito de assegurar aos alunos de necessidades educacionais especiais atendimento e recursos especializados, promovendo sua objetividade.

Do ponto de vista filosófico, a educação Especial tem por base: A Declaração Universal dos direitos Humanos; A Convenção sobre os Direitos da Criança; A Declaração de Salamanca; Regras e padrões sobre a equalização de oportunidades para pessoas com deficiências.



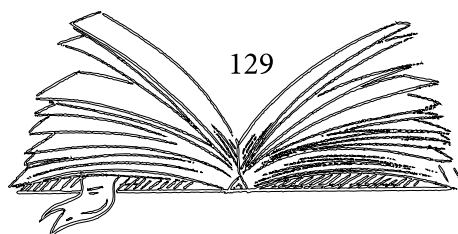
Seguindo o que rege as leis aqui citadas, ressaltamos a importância da intervenção precoce, desde que os caminhos necessários para diagnóstico e encaminhamentos sejam respeitados proporcionando melhoras na estrutura dos atendimentos e, conseqüentemente, contribuição para o desenvolvimento da criança.

O atendimento à estimulação precoce faz necessário logo após realizado o diagnóstico médico ou logo que os pais notam característica diferente no recém-nascido, e deverão se dirigir a uma instituição competente para realizar a anamnese. O trabalho desenvolvido na estimulação precoce visa melhorar o desempenho da criança na sua vida social, afetiva e acadêmica.

A prática da estimulação precoce inclusiva deve ser cada vez mais frequente no âmbito escolar, visto que os portadores de Necessidades Educacionais Especiais em geral são mais dependentes dos cuidadores, dos professores, e de outras pessoas, devido a sua fragilidade, portanto crianças com qualquer tipo de deficiência possuem certas dificuldades de aprendizagem, tanto psíquica quanto motor e por isso a capacidade cerebral fica mais lento que das outras crianças, mas que possuem uma habilidade individual que devem ser respeitadas, frequentando um atendimento dirigido e especializado, os pais são mais interessados no assunto, irão descobrir que existe um lugar onde seus entes queridos poderão ser recepcionados com carinho, respeito, e com recursos pedagógicos de acordo com programas especiais para ensinar o que for possível.

Sendo assim a estimulação precoce deve conter equipes multidisciplinar nos turnos matutino e vespertino, constituída por assistente social, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, pedagogos, Psicólogos e terapeutas educacionais, que prestam atendimento às crianças e às famílias das mesmas, com o propósito de prevenir, detectar, minimizar, recuperar ou compreender as deficiências e seus efeitos.

Para se desenvolver, a criança necessita incorporar e integrar as “ferramentas” de relação com os outros. A criança não aprende por si própria nem é a arquiteta exclusiva da sua evolução, ela aprende essencialmente dos outros, através de sua relação com eles. Ela é o produto de uma mediatização (Feuers-





tein apud FONSECA, 1995, p. 96).

Ou seja, a criança portadora de necessidades educacionais especiais, precisar ser assistida por um adulto ou um profissional qualificado na área educacional que facilite esse desenvolvimento e aprendizagem de forma que a criança interaja com meio que está inserida, o que facilita no seu desenvolvimento e em suas habilidades.

## **METODOLOGIA**

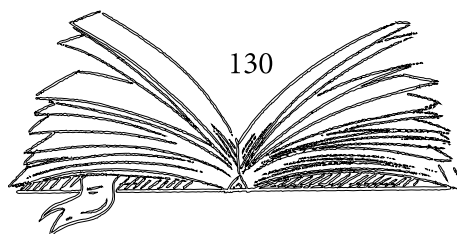
A pesquisa é de cunho bibliográfico/documental e fundamenta-se na pesquisa com abordagem qualitativa, tendo como Referencial Teórico as orientações do método pesquisa bibliográfica, para compreendermos o que pode motivar o aluno com necessidades educacionais especiais no processo de estimulação para aprendizagem em sua dificuldade diagnosticada.

As etapas da pesquisa incluíram verificação das leis vigentes referentes aos portadores de necessidades educacionais especiais que os asseguram seus direitos e deveres.

O instrumento realizado nesta pesquisa foi a leitura de livros, abordagem do tema baseada em pesquisas científicas.

O termo estimulação precoce é definido pelas Diretrizes Educacionais sobre Estimulação Precoce como o “conjunto de atividades e recursos humanos ambientais incentivadores que são destinados a proporcionar à criança, nos seus primeiros anos de vida, experiências significativas para alcançar pleno desenvolvimento no seu processo evolutivo”. (Brasil, 1995, p.11).

## **Os profissionais**



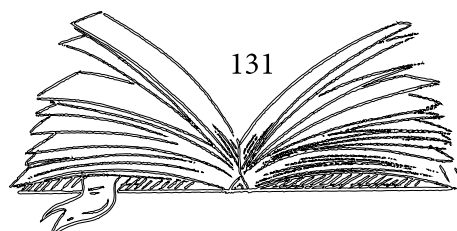
A estimulação precoce é desenvolvida por vários profissionais e de áreas diferentes de formação; entre eles estão médicos, psicólogos, pedagogos, serviço social, psicopedagogos, professores de educação física, fonoaudiólogos e terapeutas educacionais e ortópticos (ortopedista) dependendo das necessidades individuais de cada um, mas o principal responsável pela aprendizagem em atendimento é o professor, pois o educador é indispensável para o desenvolvimento da criança em estimulação precoce, pois este profissional deve conter conhecimento teórico atualizado sobre o aluno que está em atendimento sobre seus cuidados deve ter a prática de trabalhar e saber o que fazer em todos casos, principalmente o de comunicação, este deve acreditar no seu serviço e comprar idéias para melhorar não somente ao atendimento adequado, mas na qualidade da aprendizagem das crianças, através do professor serão feitas avaliações e intervenções pedagógicas com o aluno, o profissional tem a função de escolher adequadamente os métodos a serem utilizados e não deixar de incentivar a família a participar do processo de educação filho, e que o aluno é seu companheiro de estudos e que as responsabilidades de caráter pessoal, cultura, e educação consistem na educação de seus pais.

Cada profissional que trabalha coma estimulação precoce tem seu plano de ação pedagógico individual com base no plano político pedagógico da instituição.

## **Clientela**

A estimulação precoce atende crianças de 0(zero) a 3(três) anos e 11 (meses) e 29 dias de vida, com diagnóstico de deficiência em alguma área do desenvolvimento humano, situação de vulnerabilidade, prematuridade e/ou atraso ou defasagem no processo evolutivo decorrentes de fatores orgânicos e/ou ambientais.

## **A estimulação e o lúdico**



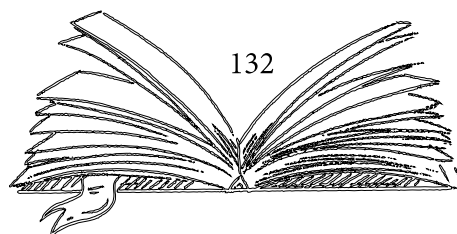
Com base no plano político pedagógico da estimulação precoce quando realizado de maneira adequada, nos primeiros anos de vida, poderá causar significativas modificações no desenvolvimento global da criança. A integração das ações consiste em atividades educativas de forma lúdica, através de recursos adaptados ou não de acordo com a habilidade de cada criança.

O trabalho pedagógico é voltado principalmente ao lúdico, pois é sabido que o brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento e a educação da criança, pois brincando, a criança tem oportunidade de exercitar suas funções psicossociais, experimentar desafios, investigar e conhecer o mundo de maneira natural e espontânea. As brincadeiras proporcionam às crianças o desenvolvimento dos sentidos, adquire habilidades para usar as mãos e o corpo, reconhecem objetos e suas características, textura, forma, tamanho, cor e som, logo, a intervenção pedagógica no processo de estimulação precoce é imprescindível para o desenvolvimento global da criança, oportunizando-a a autonomia na conquista de objetivos de vida e de sua cidadania.

A estimulação precoce é desenvolvida através de atividades lúdicas prazerosas e de interesse da criança, que venha a estimular a recuperação de déficits oriundos dos quadros de deficiências e outras alterações do desenvolvimento global. Proporcionando assim sua autoconfiança e suas possíveis independências, dinamizando com isso as relações e sua inserção no ensino básico e na sociedade como um todo. Nas práticas pedagógicas devem se considerar as seguintes áreas do desenvolvimento: psicomotor, cognitivo, linguagem, sócio afetivo, (Atividades da Vida Diária).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As atividades são diversificadas e adaptadas a cada criança e de acordo com sua habilidade, oferecendo objetos sonoros e brinquedos atraentes para a estimulação visual, auditiva e tátil, como: frutas e líquidos para estimulação gustativa, papel e giz de cera, orientando a criança a rabiscar livremente para trabalhar a coordenação motora global, nomear as partes do corpo, para estimular e de-



envolver o ritmo através da música e desenvolver atividades livres com, bola, boneca, balão, boliche, piano, pandeiro, chocalho etc.

Atividades como: cantar com a criança, emitir sons de animais através de onomatopéias, exprimir sentimentos de alegria, dor, susto, raiva, medo, fazendo perguntas simples com palavras do cotidiano, mostrar objetos dizendo o nome dos mesmos, suas funções, formas, cores, quantidades, posição, tamanho e pedir a criança em uma só ordem: uma ação abra a porta, duas ações, pegue a bola e chute, três ações, levante da cadeira, pegue o brinquedo no armário.

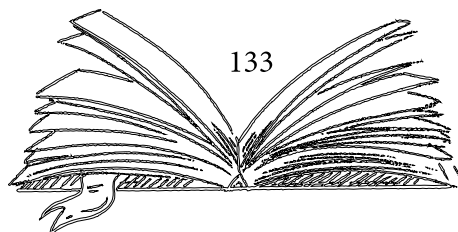
Para Arminda Aberastury,

O brinquedo possui muito das características dos objetos reais, mas pelo seu tamanho, pelo fato de que a criança exerce domínio sobre ele, pois o adulto outorga-lhe a qualidade de algo próprio e permitido.

Neste sentido a criança tem o brinquedo em suas mãos e sente o domínio sobre ele e de fazer o que quiser, pois sente essa necessidade de pegar, morder, quebrar, entres outras coisas.

São muitos tipos de brincadeiras, além de ser socializador, o ato de brincar com a criança diante do espelho, brincar de esconde-esconde propicia momentos de prazer, conversar com a criança, perguntando: Cadê o papai? Cadê a mamãe? Estimular a criança a imitar ações como: varrer, ler, lavar, passar, pentear-se e entre outras coisas, mas sempre com cuidado e com afeto, pode deixar a criança fazer um pouco de “bagunça” que espalhe os brinquedos, permitir que faça isto, mas criando responsabilidade, ajudando-a a arrumar os mesmos incentivá-la a concluir as tarefas, estabelecendo limites sempre que necessário.

Além disso, o professor pode observar a criança enquanto ela brinca e ver o nível que a criança se encontra, e com este resultado, pode modificar as brincadeiras para que as crianças tenham uma aprendizagem significativa e satisfação pessoal, ao brincar a criança desenvolve criatividade, ela descobre, inventa, experimenta, através do brinquedo a criança estimula sua curiosidade, sua auto-



confiança, concentração e sua linguagem, e quanto mais sofisticado maior o desafio, para tomada de decisões.

## **REFERÊNCIAS**

ABERASTURY Arminda A criança e seus jogos; trad.de MARIALZIRA, Perestrello. – Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.88p.: il. 21cm

BRASIL. MEC.SEESP-Diretrizes educacionais sobre estimulação precoce: o portador de necessidades especiais / secretaria de educação especial- Brasília: MEC, SEESP,1995.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, LDB 9394,20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília Imprensa Oficial1988.Decreto-Lei n.º 281/2009 de 6 de outubro. Brasília 2009 BRASIL. Constituição (1988).

The Salamanca Statement and Franmework for Action on Special Needs Educacion. Unesco.7- 10 junho 1994.pág-47

Romeu Kazumi Sasaki: Autor do “Inclusão”: Construindo uma Sociedade para todos” Editora WVA, Rio de Janeiro,1997, pág. 174

